

Ingovernável é como o ministro da Aeronáutica está vendo o Brasil desde já, se o plenário da Constituinte confirmar o mandato presidencial de quatro anos aprovado pela Comissão de Sistematização. O ponto de vista do ministro Moreira Lima decorre da posição em que ele se situa e de má visibilidade do próprio governo. A seu ver, os deputados e os senadores deveriam lançar-se em 88 à adaptação de todas as leis brasileiras ao futuro texto constitucional.

É certo que, marcada a sucessão presidencial para 15 de novembro de 1988, deputados e senadores não se empenhar a fundo na campanha eleitoral. Como, no entanto, uns e outros não terão que renovar o seu mandato, a Câmara e o Senado terão tempo de sobra para dar andamento às alterações que venham a ser necessárias.

Não se pode é partir da premissa de que a nova constituição brasileira vá exigir uma empreitada legislativa tão grande assim. Não há sinais de que a nação esteja submetida a um processo de mudanças tão profundadas. O receio manifestado cede a um raciocínio lógico: suponha o ministro que o Brasil tivesse que se privar de eleições até que toda a legislação ordinária fosse repassada pelo Congresso. Tão cedo não haveria a sucessão presidencial. Seria inevitável desde logo a prorrogação dos mandatos de deputados e senadores, prefeitos, vereadores e governadores pela mesma razão: rever a legislação ordinária.

Por absurdo, o Brasil ficaria espremido pela necessidade de dar ao presidente Sarney quantos anos sejam necessários à revisão das leis ordinárias, e espicharia a transição para além da capacidade de suportá-la. Chega de incertezas. O ponto de vista do ministro da Aeronáutica não visa com boa pontaria o alvo pretendido.

Eleições não fazem mal a regime democrático ou com vontade de chegar lá. Pelo contrário. É votando que se aprende a votar. O erro de escolha é didático porque faz parte da índole democrática assegurar aos cidadãos, por toda a vida, a oportunidade de corrigir periodicamente o seu voto. No caso específico do Brasil, a sucessão presidencial vai garantir o toque de legitimidade que falta à transição, depois que todos os demais níveis políticos foram legitimados pelo voto.

São incompatíveis o conceito de legitimidade e de ingovernabilidade. O que seria de desejar é uma campanha que não ocupasse os brasileiros mais tempo do que o necessário para cada cidadão conhecer o pensamento dos candidatos e poder julgá-los pelo seu passado. Para uma eleição que se realizará no dia 15 de novembro, não haverá necessidade de uma campanha que exceda a cem dias de mobilização política. Portanto, três meses são mais do que suficientes, levando-se em conta que só será eleito o presidente da República.

Por que, então, seria o país ingovernável? Pela eleição é que não. Pelos candidatos, não se pode dizer com tanta antecedência sem demonstrar preconceitos. A ingovernabilidade entre nós tem muito mais a ver com os governos e com os políticos, do que com a nação e com os cidadãos. Ninguém impede o governo de fazer o que é da sua obrigação, senão ele próprio. Quem se aproveita de eleições para praticar atos contrários à moralidade pública — e contra a lisura dos pleitos — é o governo, não o eleitor.

A falta de confiança é da sociedade, nos governantes e nós políticos. Qualquer regime democrático realiza eleições sem sobressaltos. Quem se sente em perigo com a realização de eleições é o governo que vê aproximar-se a hora de ir para casa. Nada mais.